



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 06

Sessão Ordinária Fevereiro

1.º Reunião em 04/02/2022

Aos quatro dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e vinte dois, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no Grande Auditório do Centro de Congressos de Aveiro, em Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pela Primeira Secretário Maria Arminda Rodrigues Sousa Correia, e Segunda Secretário Maria Cristina Macedo da Costa e Veiga, e com a presença dos vogais, Manuel José Prior Pedreira Neves, Jorge Manuel Carvalho Moreira Caetano, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Casimiro Simões Calafate, Maria Teresa Fernandes Pires, Joana Eduarda Mónica Maio do Bem Paixão, Danilo Jorge de Almeida, João Bastos Figueiredo, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes e Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Daniela Carla de Sousa Pinto, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Miguel António Costa da Silva, Sara Alexandra Reis da Rocha, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Joana Oliveira Teixeira, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Sílvia Fernandes Ribau, Carlos Gabriel Pires Morgado Bernardo, Jorge Miguel Rocha Gonçalves, Ana Maria Pinho de Seíça Neves Ferreira, Pedro Machado Pires da Rosa, Sara Sandra Resende Tavares, Pedro Manuel Ribeiro da Silva, Gonçalo Alves de Sousa Santinha, Arlindo José Vieira Tavares, Pedro Filipe Oliveira Rodrigues, Marta Elisa dos Santos Dutra, Celme Cristina de Jesus Tavares, António José Jesus Monteiro, e Nuno Filipe Moreira Teixeira.[001](#)

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o vice-Presidente Rogério Paulo dos Santos Carlos, e os Vereadores Ana Cláudia Pinto Oliveira, Luis Miguel Capão Filipe, Teresa de Jesus Lourenço Dias Grancho, Manuel Oliveira de Sousa, Fernando Manuel Martins Nogueira.

Faltaram os Vereadores João Filipe Andrade Machado e Joana da Fonseca Valente.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos Vogais, Joana Filipa Ramos Lopes, Jorge Manuel Correia Girão, Filipe Jorge de Mendonça Santos de Andrade Ramos, Carlos Francisco da Cunha Picado, Rita Alexandra Monteiro Baptista, João Miguel Moniz Laranjeira Silva e David Filipe Ramos Silva, pelos sucedâneos nas listas de candidatura, respetivamente, Jorge Manuel Carvalho Moreira Caetano, Joana de Oliveira Teixeira, Sílvia Fernandes Ribau, Jorge Miguel Rocha Gonçalves, Celme Cristina de Jesus Tavares, António José Jesus Monteiro e Nuno Filipe Moreira Teixeira.

Os sucedâneos nas listas de candidatura, Rui Filipe Oliveira Teixeira, Lúcia Maria Ribeiro Borges, Andreia Patricia Pereira da Fonseca, Eduardo Gonçalo Silva Antunes, Virgínia Maria Melo Matos, António Manuel dos Santos Salavessa, e Joana Catarina da Silva Vaz Serra Lima, pediram escusa.

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Catarina Marques da Rocha Barreto, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Henrique da Rocha Vieira e António Augusto Cruz de Aguiar, se fizeram substituir nesta reunião da Sessão por Danilo Jorge de Almeida, João Bastos Figueiredo, Daniela Carla de Sousa Pinto e Arlindo José Vieira Tavares, respectivamente.⁰⁰²

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida na subunidade de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, dando nota da mais importante e informando os senhores deputados que a desejarem consultar, a mesma se encontra disponível nos Serviços para consulta.⁰⁰³

Prosseguindo, o Presidente da Mesa informou que ia colocar à votação do plenário as actas das Sessões anteriores, em tempo distribuídas por todos os membros da Assembleia.

De acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na votação os deputados municipais que não estiveram presentes:

Ata n.º 03 – Sessão Ordinária Novembro/Dezembro – 1.ª reunião realizada em 03-12-2021: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.⁰⁰⁴

Não votaram dos presentes nesta reunião da sessão, os deputados municipais ou os respectivos sucedâneos, Maria Arminda Rodrigues Sousa Correia, Filipe Jorge de Mendonça Santos de Andrade Ramos, Rita Alexandra Monteiro Baptista, João Miguel Moniz Laranjeira Silva, David Filipe Ramos Silva, Henrique da Rocha Vieira e Fernando Tavares Marques.

Ata n.º 04 – Sessão Ordinária Novembro/Dezembro – 2.ª reunião realizada em 09-12-2021: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.⁰⁰⁵

Não votaram dos presentes nesta reunião da sessão, os deputados municipais ou os respectivos sucedâneos, Joana Filipa Ramos Lopes, Pedro Filipe Oliveira Rodrigues, Rita Alexandra Monteiro Baptista, João Miguel Moniz Laranjeira Silva, David Filipe Ramos Silva, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Henrique da Rocha Vieira, e Fernando Tavares Marques.

Ata n.º 05 – Sessão Ordinária Novembro/Dezembro – 3.ª reunião realizada em 14-12-2021: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.⁰⁰⁶

Não votaram dos presentes nesta reunião da sessão, os deputados municipais ou os respectivos sucedâneos, Ana Maria Pinho Seiça Neves ferreira, Filipe Jorge de Mendonça Santos de Andrade Ramos, Rita Alexandra Monteiro Baptista, João Miguel Moniz Laranjeira Silva, António Manuel Santos Salavessa, Catarina Marques da Rocha Barreto, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Henrique da Rocha Vieira, e Miguel António Costa da Silva.

Continuando o Presidente da Mesa da Assembleia apresentou um Voto de Pesar⁰⁰⁷ pelo Falecimento do Cidadão Aveirense, António Manuel Pinho Regala, do seguinte teor:
«VOTO DE PESAR

Figura reconhecida no seio Aveirense, António Regala faleceu a 15 de Janeiro de 2022. Nascido a 17 janeiro de 1952, António Regala teve forte ligação ao Bairro da Beira-Mar e foi figura presente em vários movimentos Associativos da Cidade.

Na juventude teve uma vida de intervenção política tendo participado no III Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro em Maio de 1973.

António Regala, que fez carreira profissional na banca, e teve atividade associativa, nomeadamente Cultural e desportiva.

Em Fevereiro de 2011 foi eleito Presidente do Sport Clube Beira-Mar (2011/2014), desenvolvendo um mandato marcado por uma participação ativa na procura de soluções para resolver a conjuntura do Clube.

Nos meios políticos foi “cidadão ativo” na vida de Aveiro. Foi eleito para a Assembleia Municipal de Aveiro, nas listas da CDU, nos mandatos de 2005/2009 e 2009/2013, renunciando ao mandato em 2011, aquando da sua eleição como Presidente do Beira-Mar.

A Assembleia Municipal de Aveiro em sessão ordinária de 4 de fevereiro de 2022 faz um sentido Voto de Pesar partilhando a consternação de familiares, amigos, colegas e correligionários do Sr. ANTÓNIO MANUEL PINHO REGALA.»

Colocado à votação do Plenário foi aprovado por unanimidade, seguindo-se um minuto de silêncio.

Continuando o Presidente da Mesa, solicitou aos senhores deputados⁰⁰⁸ que ainda não o fizeram, enviem para os Serviços de Apoio à Assembleia uma foto digitalizada tipo passe, bem como uma breve nota biográfica para atualização da página de internet e também emitir o cartão de Vogal da Assembleia para o decorrente mandato.

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia, leu a “Ordem-do-Dia” enviada aos deputados municipais para esta Sessão Ordinária de Fevereiro, cujos pontos se transcrevem:

Ponto 1 – Apreciação e votação da 1ª Revisão das GOP e Orçamento 2022;

Ponto 2 – Apreciação e votação da integração de parcela de terreno na Rua São Sebastião no Domínio Público Municipal;

Ponto 3 – Informação sobre a Atividade Municipal de 30NOV21 a 31JAN22;

Ponto 4 – Apreciação e votação da transferência de competências do Município de Aveiro para os Órgãos das suas Freguesias e contratos interadministrativos de delegação de competências a celebrar entre a Câmara Municipal de Aveiro e cada uma das Juntas de Freguesia do Município de Aveiro para 2022 (com exceção de São Jacinto).

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Presidente da Mesa informou não haver nenhum munícipe inscrito para intervir neste período regimental de intervenção do público.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Não havendo munícipes inscritos, o Presidente da Mesa deu início⁰¹⁰ ao Período Regimental de Antes da *Ordem-do-Dia*, solicitando aos Grupos Municipais que indicassem quais os vogais que iam intervir neste ponto.

Membros da Assembleia

Vogal Nuno Teixeira (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹¹

“Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores deputados, estimado público. Antes demais queria deixar um abraço fraterno do coletivo partidário à família do camarada António Regala aqui hoje presente. Há minutos atrás a Assembleia Municipal de Aveiro, expressou coletivamente o seu pesar pela perda do representante e o falecimento de António Regala. É positivo que o tenha feito. Sendo grande este significado do Voto de Pesar e não querendo o PCP o diminuir, entende que é necessário fazer algo mais para evocar a memória deste aveirense.

Sim, aveirense, não apenas porque aqui nasceu, mas também porque era um apaixonado pela sua Cidade e pela sua região, pelas suas gentes e costumes, pelo seu bairro, pelo seu Beira-Mar.

Sobre a sua urna funerária repousaram as bandeiras do PCP e do Beira-Mar, mas outras lá poderiam estar honrando a sua vida e contributos. Entre elas a bandeira do município.

António Regala era um cidadão ativo e participante, um dinamizador da vida política, cultural e desportiva da cidade. Era uma pessoa especial. Cordial, empenhado, justo, bem-disposto, e também muito atento.

Desde cedo percebeu as injustiças e as desigualdades que existiam no país. Mas o que o fez diferente e acabou por torná-lo no homem respeitado por todos, foi que o António Regala não se limitou a viver com essas injustiças. Decidiu combatê-las.

Combatendo-as deu o seu contributo para o derrube do fascismo em Portugal e para a instauração das liberdades e da democracia. Um contributo que persistiu no tempo até ao dia em que nos deixou. Era um democrata, um antifascista, um comunista.

Aos 17 anos aderiu ao PCP. Participou na organização do Partido durante a clandestinidade. Já em democracia teve diversas tarefas na organização local. Foi candidato a diversas eleições, foi eleito na Assembleia Municipal de Aveiro, foi membro da Direção da Regional em Aveiro.

Durante o fascismo, participou no grupo Jovens Democratas de Aveiro. Fez parte do movimento associativo juvenil, da pró-associação dos estudantes de economia da Universidade do Porto, integrou a Comissão de Socorro aos Presos Políticos.

Participou, muito jovem, no 2.º Congresso Republicano de Aveiro e fez parte da organização do 3º Congresso da Oposição Democrática integrando a Comissão Executiva.

A sua participação na organização desse 3º Congresso deixou nele uma marca indelével, uma marca que fazia os seus olhos brilhar quando falava desses dias de enorme significado histórico de que a cidade se deve orgulhar.

Nos anos mais recentes teve um papel determinante na criação e dinamização do núcleo de Aveiro da URAP-União de Residentes Antifascistas Portugueses. Algo que lhe dava imenso prazer e alegria e em que se empenhou com todas as forças, continuando também a sua militância, integrada na Comissão Concelhia do PCP.

António Regala pertence àquele tipo de pessoas que sem abdicar do que pensa e do que é, não parava de tentar construir pontes entre as diferenças, de procurar consensos, de promover a unidade democrática com imensa gente, de vários quadrantes políticos, em

torno de valores comuns, em prol dos interesses mais profundos dos trabalhadores e do povo.

Honrar a memória de António Regala é continuar esse trabalho que foi o seu: a defesa do regime democrático e da constituição da república; o combate às discriminações e injustiças; a luta intransigente contra o fascismo, em nome de todos que nos antecederam, mas sobretudo em nome dos que virão. Por maiores que sejam as dificuldades, podem contar connosco. Transportaremos a memória inspiradora nas nossas lutas de todos os dias.”

Vogal Gabriel Bernardo (CHEGA) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[012](#)

“Boa noite Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores deputados, publico presente.

Gostaria de começar por saudar os deputados eleitos pelo Distrito de Aveiro nas eleições legislativas, nomeadamente os oito deputados do Partido Socialista, sete do Partido Social Democrata, e uma saudação muito especial para o deputado do Partido Chega, Dr. Jorge Galveias. O Dr. Jorge Galveias é uma pessoa de peso no Partido Chega é Presidente da Mesa do Conselho Nacional, é também um amigo pessoal, e estou certo que vai ser um acérrimo defensor do Distrito de Aveiro.

Faço um apelo aos restantes deputados do Partido Socialista e Social Democrata também, que nunca se esqueçam que foram eleitos em representação do Distrito de Aveiro e, portanto, sejam eles também uns acérrimos defensores do nosso Distrito.

Um outro apelo que faço é que saibam na Assembleia da Republica respeitar aquela que foi aquela que foi a vontade e a escolha dos portugueses.

Feita esta breve introdução gostaria de trazer aqui um problema que é a criminalidade aqui em Aveiro, penso que desde há um ano para cá ou mesmo mais, tem a ver com uma vaga de assaltos a viaturas para furto dos catalisadores. Nós reunimos com a Policia de Segurança Publica, que teve a amabilidade de nos receber numa reunião para nos inteirarmos desta situação.

Soubemos que se trata de uma criminalidade itinerante. Quem faz esses furtos não vive em Aveiro. Tem preferência por certo tipo de automóveis onde é mais fácil efetuar esse furto.

Neste sentido, tendo a Câmara Municipal autoridade sobre a Policia Municipal, imagino que a Câmara está a par da situação, mas saber se foram tomadas algumas medidas de maior policiamento de proximidade ou se a Câmara planeia tomar medidas neste sentido para tentarmos combater este tipo de criminalidade. É tudo.”

Vogal Marta Dutra (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[013](#)

“Boa noite Senhor Presidente. Na sua pessoa, cumprimento os demais presentes e também quem nos acompanha lá em casa.

Continuamos a assistir ao bate de árvores indiscriminado de árvores no concelho! Veja-se recentemente o caso do Rossio ou na zona industrial. A lei 59/2021 que estabelece o regime jurídico do arvoredo urbano acautela que este abate deve ser justificado e documentado e que deve ser recompensado com reposição de arvoredo que garanta a duplicação do nível de sequestro de CO2, num raio de 10 quilómetros.

A questão que coloco é se isso já está a ser feito?

Continuam também a chegar-nos queixas pela inação da Câmara de Aveiro na área animal! Os municípios solicitam ajuda para os animais que se encontram abandonadas, incluindo matilhas, veja-se o recente caso de Eixo. Os pedidos de ajuda ficam na maioria das vezes sem resposta ao longo dos anos. Iremos continuar a questionar este executivo, até quando

continuaremos sem canil municipal, sem autoridade veterinária, e sem parques para matilhas? Continuam a desaparecer animais das ruas. A Câmara Municipal está a recolhê-los? É uma questão que deixamos. Se sim, qual o destino que lhes é dado.

Também lhe gostaria de colocar Senhor Presidente, uma questão relacionada com a economia circular, uma vez que se reveste de particular importância a reciclagem e diminuição do lixo que vai parar ao aterro. A questão é se a Câmara de Aveiro pretende implementar, se já pensou nisso, se pretende implementar sítios de recolhas de mascarás e outros materiais têxteis, à semelhança do que tem sido feito em Albergaria, aqui ao nosso lado, com particular sucesso.

Por fim, gostaríamos também de outra questão, a bem da clareza e da transparência, solicitar um esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara, sobre o artigo publicado na revista Sábado, relacionando com a alteração do PDM a valorização de um terreno no valor de cerca de 16 milhões de euros? Terreno esse, segundo o artigo, a uma empresa na qual trabalha um familiar de vossa excelência. Muito obrigado.”

Vogal Celme Tavares (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁴

“Boa noite a todos e a todas. Senhor Presidente, caros Vereadores, deputados e deputadas, restante público. Começo por fazer uma saudação especial à família aqui presente do camarada António Regala. E gostaria de aproveitar este momento de, naturalmente, falar um pouco do ato eleitoral recente das eleições legislativa que tivemos.

Sobre isto dizer que o BE assume as responsabilidades do chumbo do orçamento e perda de votos. O voto contra o Orçamento acarretava riscos do ponto de vista da perceção popular e a narrativa do Partido Socialista e do Presidente da República sobre o chumbo do Orçamento foi, como expectável, mais forte.

Ao ambiente criado pela crise artificial do Orçamento juntou-se, a meio da campanha eleitoral, a ideia de um pretense empate entre o PS e o PSD (ou uma coligação de direita) e levaram a transferências massivas de votos da esquerda para o PS. Vamos coletivamente tirar lições deste processo político. E cá continuaremos mantendo o caminho pela defesa dos serviços públicos, do trabalho e no combate à emergência climática.

Sobre a maioria absoluta PS esta é já celebrada pelos banqueiros, pelo patrão dos patrões e pelas agências de rating. Mas, também por Ribau Esteves, segundo um artigo de opinião recentemente no Jornal de Notícias.

A direita, os banqueiros e o patronato festejam a maioria absoluta do PS e a menor influência do Bloco e PCP. Porque, sabem, que assim se mantém o Código laboral da direita e uma economia liberalizada.

Já para o PSD, diz-nos que a votação massiva no PS, terá ocorrido com mobilização de voto à esquerda, mas também com abstencionistas, mostra como o país ainda tem medo de um governo da direita — essa é uma das grandes marcas destas eleições.

No final do mandato deste Governo, em 30 anos, a direita só terá governado 7 anos! Isto mostra bem essa rejeição das políticas da direita.

Já quanto aos resultados do CDS, IL, Chega, e PPM, também escreve Ribau Esteves, Presidente de Câmara, no artigo do Jornal de Notícias, refere-se ao fim da vida útil do CDS como sendo expectável! Ora esta é uma declaração bastante importante vinda do Presidente da CMA, quando diz que um partido da sua coligação (PSD/CDS-PP/PPM) está morto.

Já agora também pode acrescentar que o PPM da sua coligação teve 0,0%. A IL e o Chega, somados, estiveram perto do espaço que o CDS tinha dantes. O Chega foi uma espécie de seguro de vida do PS. E, apesar de ter menos de metade dos votos que pediu para estas eleições, teve um resultado elevado e que acaba por neste momento ser um problema ainda

maior para a direita. Por um lado, permitiu uma maioria absoluta do PS e por outro, um PSD fraquíssimo nos seus votos.

Também referir que, cada deputado racista eleito no Parlamento português é um deputado racista a mais que promove a violência. É um problema para o país porque fomenta a violência e a discriminação. Normalizam comportamentos que queremos banidos da sociedade. Seremos uma garantia contra os perigos das maiorias absolutas e a voz que se levanta contra o racismo, o ódio e o medo que o Chega trouxe, neste caso, para a nossa sociedade.

Para finalizar, uma última nota sobre as eleições legislativas, referir uma certa polémica, aqui em Aveiro, sobre o comentário do Presidente desta Assembleia Municipal que teve resposta do PS nas redes sociais. Não obstante, discordarmos da publicação do Sr. Presidente da AM, do ponto de vista, que divergimos da sua visão sobre o mundo até. Entendemos que, desde que não sejam opiniões contrárias à defesa da democracia e dos direitos civis e humanos, tem todo o direito de expressar as suas opiniões enquanto cidadão, nomeadamente no seu perfil pessoal de facebook. E consideramos inacreditável que no primeiro momento da sua maioria absoluta, o Partido Socialista, a sua direção concelhia, em comunicado institucional, faça uma exigência de lei da rolha sobre os críticos. Obrigada.”

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[015](#)

“Obrigado senhor Presidente, boa noite a todos. Conheci-o aqui, não propriamente aqui, mas na sede da Assembleia, quando exerci funções como vereador e ele como deputado municipal.

E desses anos, convivemos, e só lhe tenho a fazer elogios. Foi uma pessoa que sempre defendeu as suas ideias, mas de fino trato, do maior respeito, e que por isso será lembrado por todos quantos conviveram com ele aqui.

Mais tarde cruzámo-nos no Beira-mar. numa altura terrível para o Beira-Mar e que o António Regala e a sua equipa assumiram o que mais ninguém quis assumir, para tentar resolver o problema que não foram eles que criaram.

Uma situação de certa forma muito semelhante à que Câmara viveu nos anos de 2013. Penhoras todos os dias. Mãos e pés atados para tentar salvar o Clube, o fim dessa fase foi o que todos sabemos, mas após essa fase o António Regala sempre continuou a participar no conselho beiramarense, do qual fazia parte por inerência. Sempre ativo, sempre opinativo, e é com saudade que vamos ter as próximas reuniões sem a presença dele porque era sempre alguém que faz falta nessas reuniões.

Em termos da minha intervenção sobre este ponto. Sobre as eleições legislativas, em primeiro lugar dar os parabéns ao Partido Socialista na pessoa do Senhor Vereador Manuel Sousa, Presidente da Comissão Política Concelhia do PS, pelo resultado alcançado a nível nacional pelo PS.

É uma situação, desculpem-me a imagem, mas que vai ser diferente para o país. Dá a impressão daquelas famílias que trazem sempre os miúdos birrentos atrás e agora esses miúdos já não vem fazer pedidos e, portanto, essa família pode fazer, tem meios para fazer o que entender. E que nós esperamos que seja para a maioria das condições económicas do país e a diminuição da dívida pública.

Achamos que estes serão os dois grandes aspetos que devem influenciar a governação nos próximos quatro anos.

Relativamente aos restantes Partidos, obviamente, sabemos que houve partidos que subiram a votação, mas não atingiram os resultados que pretendiam e que tinham sido divulgados. E a maior parte dos Partidos diminuíram a sua votação, incluindo o CDS. Nuns os respectivos

líderes já tiraram consequências noutros parece que está tudo bem, mas esse será um problema desses líderes e desses partidos, que resolvê-lo-ão da maneira que entenderam melhor.

Por último e analisando aqui alguns dados concelhios, há aqui alguns dados interessantes. Que não tem só a ver com a abstenção, mas com o número de votos expressos.

Nós, concelho de Aveiro, apesar de uma ligeira diminuição do número de eleitores, tivemos mais de dois mil votantes. Mas também tivemos mais votos expressos pela diminuição dos votos nulos e brancos relativamente às eleições de 2019. E, portanto, é um bom sinal de vitalidade dos votantes aveirenses no fundo. São mais 3 mil votos validamente expressos, cerca de 8% dos votos expressos, isto independentemente do resultado que cada um dos Partidos conseguiu nestas eleições acho que é algo que deve ser destacado e trabalhado por todos os partidos sem exceção. Porque pode ser que isto seja a reversão destas abstenções, que já hoje sabemos não correspondem à verdade. Os tais 10% que, aparentemente, são imigrantes que não votam mesmo. Por um lado, vamos continuar a trabalhar para que as pessoas votem, por outro lado, acho importante, que de uma vez por todas quem está a governar olhe com seriedade para a questão dos cadernos eleitorais. E que o Parlamento olhe com seriedade para os métodos de votação porque eu acho que aqui temos muito trabalho a fazer de modo a permitir que cada vez mais portugueses possam exercer o seu direito de voto. Disse.”

Vogal Ernesto Barros (CDS)⁰¹⁶

Vogal Ana Seíça Neves (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁷

“Boa noite a todos. Cumprimento na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal todos os presentes bem como o público presente e que nos assiste lá em casa.

A minha primeira palavra é dirigida à família do António Regala. Pessoa que eu conheci bem. Um bom homem, um bom cidadão. Um grande aveirense. Um homem que cujos ideais praticou e lutou por eles.

Da parte do Partido Socialista vai um grande obrigado e vai também um abraço para a sua família.

Depois, obviamente que tenho de falar sobre as eleições do passado dia trinta. No passado dia trinta de janeiro o povo reforçou a sua confiança no Partido Socialista dando-lhe uma maioria que lhe permitirá pôr em execução reformas e objetivos que não conseguiu executar anteriormente.

O Secretário Geral do Partido Socialista e já indigitado Primeiro Ministro António Costa, afirmou na sua intervenção na noite eleitoral, que apesar da maioria que o PS alcançou, iria dialogar e escutar as demais forças políticas, o que revela o espírito democrático que deverá presidir a todas as eleições.

Foi com satisfação que o Partido Socialista, além de ter vencido noutros distritos, venceu no concelho de Aveiro e no distrito. O Partido Socialista é, pois, um grande vencedor, mas como partido democrático que é não esquece os demais partidos.

Lamentando que tenha havido uma dispersão de votos nalguns partidos, inclusivamente do próprio CDS, que é um partido à direita, mas considerado um partido democrata. Inclusivamente falamos também do PCP. Vamos ter uma diversidade de partidos no próximo Parlamento. O Partido Socialista é, pois, um grande vencedor, mas como partido democrata que é não esquece nem vai esquecer os demais partidos, repito.

Sem partido políticos com diversos projetos e formas de organizar a sociedade não há democracia. E aqui eu lembro um velho ditado Romano (nós somos oriundos da civilização Romana) que diz: Glória aos vencedores e honra aos vencidos. Disse.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[018](#)

“Boa noite a todos. Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, mais deputados, à família do cidadão, distinto aveirense, António Regala. O meu Partido já fez e bem um abraço solidário, mas eu também queria deixar isso de forma pessoal. Convivi com o Regala muitos anos, também aqui nesta Assembleia e também tive oportunidade de profissionalmente estar com ele no beira-mar e perceber bem o que passou. Provavelmente roubando muito do seu tempo também à família em prol do seu ideal. O Regala acreditou nos seus ideias numa altura difícil. Esteve na organização dos Congressos de Oposição Democrática no II e no III. E aí é que era realmente muito difícil defender os seus ideais quando as coisas são apertadas. Agora para nós é mais fácil porque vivemos um tempo democrático, as coisas são mais simples. Mas temos que agradecer a muita gente e, também, ao cidadão aveirense, António Regala.

Depois sobre as eleições dizer o seguinte. O Povo vota sempre bem! Quer quando ganha o nosso partido quer quando não ganha – vota sempre bem.

Aliás, aqui o deputado Manuel Prior esta é uma frase que ele diz muito. Deve repeti-la hoje com certeza para dar os parabéns ao Partido Socialista.

E nem todos os Partidos que aqui falaram até agora deram os parabéns ao Partido Socialista! Não deixa de ser um facto. Evidentemente que o PCP fez uma intervenção muito especial, toda a gente percebe. Mas o Bloco não o fez propriamente a declaração – não percebeu nada do que se passou.

O combate aos extremos faz-se no centro. E portanto o PS tem de fazer o seu combate aos extremos e o PSD e eventualmente o CDS, do seu próprio lado. Não é o PS que tem de fazer o combate à extrema direita. É a minha perspetiva sobre isto. Donde que deste resultado tenho muita pena mesmo que o CDS tenha perdido a sua representação parlamentar.

Espero que a recupere, acho que é um partido que faz falta ao regime e à democracia. Foi muito importante na fase de 74/75 para a consolidação da democracia portuguesa. E também perdeu alguma da sua autonomia também porque se deixou enredar nas coligações autárquicas e com isso perdeu algumas raízes – é a minha opinião, o CDS saberá da sua vida e fez a sua gestão como entendeu.

O CDS em Aveiro é um partido com uma posição muito forte (ou era) e hoje já não tem propriamente a mesma expressão, espero que recupere.

E espero também, para o exercício do poder que o partido saiba honrar os votos que recebeu. Esta oportunidade destes quatro anos é uma oportunidade decisiva e, portanto, o povo não será nada meigo com o Partido Socialista se ele desperdiçar esta oportunidade que tem e também estou convicto, como é evidente, que vamos aproveitar e o país vai ser um país bem melhor acreditem daqui a 4 anos.

Portanto é com esta convicção e apenas com esta nota, que também espero que o PSD se reconstrua, porque evidentemente o PS e PSD para mim, são os grandes pilares do regime democrático e é importante que o PSD se reconstrua e vai com certeza fazê-lo, fazer a discussão que tem a fazer, refundar-se, lá farão parte da sua vida, mas também é esse o meu desejo como democrata que sou.”

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[019](#)

“Boa noite Senhor Presidente, cumprimentar as pessoas que se encontram presentes e também aqueles que assistem à Assembleia Municipal através da Internet.

A nota que eu gostava de dar são duas notas relacionadas com o acto eleitoral. A democracia está de parabéns. Estão de parabéns todos os partidos que participaram neste acto eleitoral, quer os vencidos quer os vencedores, mas obvio que temos que dar os

parabéns especial ao partido socialista por ter obtido uma vitória que foi de alguma forma que não estava previsto que tivesse a dimensão que teve, portanto uma vitória expressiva. E, portanto, significa que comunicou de uma forma mais eficaz do que nomeadamente no seu adversário mais direto, o Partido Social Democrata.

Agora, isto não é apenas dar os parabéns! Isto é, até pela forma como o Partido Socialista ganhou esta eleições, isto traz responsabilidades acrescidas. Acrescidas porque desde logo herda um passado que foi construído por si ao longo de 6 anos. E, portanto, não pode vir queixar-se da herança que recebeu. Mas porque também vai ter a plena condição (talvez a última) para governar e fazer as reestruturações que entenda.

E portanto, aquilo que se espera, tal como o Pedro Pires da Rosa disse, é que daqui a 4 anos, todos nós aqui, neste paraíso à beira-mar que é Aveiro, e que espero eu seja inspirador para muitos dos responsáveis políticos que têm responsabilidades governativas, na medida em que esta gestão territorial desta parte do país, baixe-se impostos, aumente-se investimentos e reduza-se a dívida do município não em valor relativo, mas em valor nominal ou absoluto. É isso que se espera daqui a 4 anos para bem de todos. E que o Partido Socialista saiba efetivamente capitalizar este voto que lhes foi dado pelo eleitorado, e que saiba, de facto, responder à altura e trazer um país para numa condição muito melhor. Seja na entrega a outro partido, que a renovação da democracia tem, e que não se repita aquilo que foram as 2 últimas entregas, quer a de António Guterres quer a de José Sócrates, que deixar num caso o país de pantanas e no segundo caso numa banca rota. É tudo.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [020](#)

“Boa noite a todos. Na pessoa do Senhor Presidente cumprimentar todos os presentes.

Antes de começar a minha intervenção gostava também de me solidarizar com o Voto de Pesar ao António Regala. Foi uma pessoa que nos acompanhou na Assembleia em dois mandatos. E defendia sempre as suas convicções mas sempre com lealdade e com respeito por todos. A ideia que tenho do António Regala é que era realmente uma boa pessoa.

Ao Partido Comunista, à sua família, o nosso Voto de Pesar da bancada do PSD.

No período de antes da ordem do dia, claramente o acontecimento mais importante e sobre o qual devemos refletir é ou foi o ato eleitoral do dia 30 de Janeiro.

Em primeiro lugar queria dar conta da maneira calma, responsável, a forma ordeira e bem organizada como decorreu o ato eleitoral no nosso concelho. Reconhecimento esse que vai para a nossa Câmara Municipal que em termos da organização e montagem do evento esteve impecável tanto nas eleições poro voto antecipado como a que decorreu no dia 30.

O nosso reconhecimento é feito à Câmara Municipal e às Juntas de Freguesia, que tiveram um trabalho árduo nessa montagem para o Ministério da administração Interna e que decorreu em ótimas condições e permitindo aos aveirenses votar em segurança.

Em segundo lugar, nestas eleições legislativas, o vencedor incontestável foi o partido socialista. Parabéns ao Partido Socialista que obteve um resultado de maioria de deputados o que lhe permitirá governar o país sem se ter de geringonçar. Foi algo positivo que saiu destas eleições.

Com esta maioria absoluta, a bancada do PSD espera uma boa governação para o país e para os portugueses. Desta vez não há desculpas nos partidos da geringonça para cedências à extrema esquerda. Esperamos, pois, uma boa governação desta maioria absoluta e não um desastre como do tempo do Socialista José Sócrates.

Como aveirense, os sociais democratas desta bancada, esperam do futuro governo socialista atualize o seu GPS com a localidade Aveiro, na área da Saúde, Educação, infraestruturas e habitação social.

Na área da Saúde que o governo socialista se defina se é contra ou a favor da expansão e requalificação do Centro Hospitalar do Baixo Vouga. E não apenas da infraestrutura, mas também dos recursos humanos qualificados.

Introduzo aqui a abertura da sala de hemodinâmica de Aveiro, mas que ainda falta a assinatura da ARS de Coimbra para a abertura a custo zero para o Estado. Repito. Custo zero para o Estado. Mas na expansão do Hospital a ARS de Coimbra não cede, não assina, e Aveiro vai ficando para trás.

Nos cuidados de saúde primários a mesma coisa. O Diretor Executivo do ACES Baixo Vouga, como depende demasiado da ARS de Coimbra, Aveiro também fica sempre para trás.

Na Educação, nas infraestruturas, o Governo Socialista tem de definir o que pretende, não tem alibi. Na Habitação Social como bem prega o deputado Pedro Silva, não chega. Palavras leva-as o vento. O bom discurso não altera as condições de habitabilidade do Bairro do Griné e do Caião. Chega de discursos. É preciso fazer a obra. Esperemos que agora em maioria absoluta o governo agora cumpra essa promessa.

A bancada do PSD espera sinceramente que o Governo Socialista se lembre de Aveiro. A bancada do PSD lembra que o Governo Socialista tem um passivo para com Aveiro e os aveirenses e recordo:

- *a ampliação e reclassificação do Hospital de Aveiro;*
- *construção do novo edifício para os Cuidados Saúde primários em nossa Senhora de Fátima;*
- *requalificação dos edifícios do Conservatório de Musica de Aveiro e da Escola Básica 2/3 de São Bernardo;*
- *decisão sobre a Escola Secundária Homem Cristo;*
- *novo edifício prometido há décadas para os Tribunais de Aveiro;*
- *segunda fase de requalificação da variante à estrada N235, entre o nó da ERSUC e avenida Europa;*
- *requalificação da estrada e do enrocamento do lado da Ria da estrada para São Jacinto N327;*
- *requalificação dos Bairros do Griné e do Caião de responsabilidade do IRHU;*
- *requalificação da linha do Vouga entre Aveiro/Águeda;*
- *cedência dos terrenos da antiga lota de Aveiro assim como da frente ribeirinha de São Jacinto à Câmara Municipal;*
- *o fim das portagens da A17 e A 25 que cercam a Cidade.*

Chega de virem aqui continuar a expressar crenças ou autos-de-fé. O Governo Socialista tem maioria absoluta, não tem alibi para não ligar o GPS e saber o que falta fazer em Aveiro.”

Presidente da Mesa⁰²¹

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²²

“Muito obrigado. Boa noite a todos. De forma muito breve responderei a todas as questões colocadas, mas como respeitam todas ao ponto terceiro da ordem de trabalhos e para começarmos a ter alguma disciplina na colocação das questões em relação ao PAOD com a Informação Escrita, responderei a todas as questões no ponto terceiro da nossa ordem de trabalhos.

A minha palavra vai apenas para subscrever, para me solidarizar, com o ato que a Assembleia Municipal praticou para com o Senhor Regala. Dizer-vos que foi o meu

primeiro Presidente do Beira-Mar quando cheguei à Câmara de Aveiro, foi minha testemunha num processo vergonhoso que me moveram a mim e aos autarcas da Região de Aveiro, enfim uns autarcas de Estarreja do Partido Socialista, alguns até grandes vedetas do Parlamento Nacional, que até procuraram criminalizar-me politicamente e não só, por termos desenvolvido um trabalho na CIRA de cooperação e de investimento publicitário no Beira-Mar, sabendo que há época era muito importante, como continua a ser, a relação das instituições que governam e trabalham pelo desenvolvimento do nosso município e da nossa Região de Aveiro e que são bandeiras importantes da história do nosso município no nosso presente e que queremos que sejam também para o nosso futuro. E o Beira-Mar é uma dessas instituições.

E, portanto, deixar um cumprimento à família, aos amigos, que aqui se deslocaram hoje à noite. A Câmara Municipal em devido tempo anunciará o ato que vai praticar para com António Regala, para deixar memória permanente da vida dos homens aquilo que é uma referência do ser humano de qualidade e excelência como cidadão ativo, interventivo, olhando a vida e a democracia pela sua perspetiva independente. Sabendo que a sua solidariedade humana e praticou-a comigo, sentado no banco dos réus, num processo absurdo que me foi movido. E não foi um condicionalismo partidário ou qualquer outro que o retirou de um ato de defesa da minha honra e da minha idoneidade como testemunha nesse processo que, entretanto, terminou com ganho de causa da nossa parte, como é público e sabido.

Portanto deixar esse abraço à família, aos amigos, e o nosso compromisso de honrarmos a memória de um Aveirense de exceção como foi António Regala. Muito obrigado.”

Ponto 1 – Apreciação e votação da 1ª Revisão das GOP e Orçamento 2022.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária, realizada em 27/01/2022, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara⁰²³ para apresentação dos documentos em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²⁴

“Muito obrigado. Bom é o arranque clássico do ano civil financeiro. Sabendo que fizemos a definição do Saldo, aprovámos os mapas respectivos na Câmara Municipal que aqui estão. Temos um Saldo a integrar, arredondando os números 41 milhões de euros e fazemos com esta Revisão que trazemos à Assembleia Municipal, que é sua competência tratar desta matéria, na prática a integração das verbas não definidas no Orçamento que aprovámos tornando-as assim definidas.

É um ato administrativo dado que politicamente nada muda. As opções políticas de gestão do ano estão tomadas, estão formalizadas. Aprovámos aqui o nosso Plano e o nosso Orçamento este é um ato administrativo que já há muitos anos acho um absurdo, mas é a burocracia que ainda não libertou Portugal. Porque é que nós tendo um Saldo na Tesouraria ao nosso dispor no dia 31 de dezembro, não podemos continuar a usá-lo financeiramente e administrativamente no dia 1 de janeiro.

São os absurdos que toda a gente conhece e reconhece, mas que o legislador continua a não ter o engenho para arrumar de uma vez por todas.

E, portanto, cá estamos nós, como manda a tradição, fazer este exercício que politicamente não serve para coisíssima nenhuma, mas que administrativamente é muito importante porque nos permite ter exercícios de cabimento de despesa destas rubricas, de despesa de capital e de despesa corrente que tinham verbas por definir.

Aí o exercício é muito importante, mas politicamente não tem qualquer importância porque as opções políticas do Plano e do Orçamento estão tomadas e obviamente vamos continuar a executá-las neste segundo mês do ano que estamos a viver e nos dez meses que temos pela frente. Estarei obviamente ao dispor para qualquer questão que entendam por bem. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Nuno Teixeira (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[026](#)

“Quando da discussão das Grandes Opções do Plano e do Orçamento para 2022, baseando-se nos dados então disponíveis, o PCP previu que o Saldo final do exercício seria na ordem dos 40 milhões de euros. Não nos enganámos. É esse, com ligeira diferença por defeito o saldo objeto da proposta apresentada à Assembleia.

Agora, que o valor é conhecido, vale a pena olhar para as informações anexas à proposta e, em torno das suas informações, apresentar algumas considerações relevantes.

Começando pela taxa de execução orçamental em 2021, verificamos que em 121 milhões possíveis (orçamento inicial mais saldo de 2020) foram gastos 84,2 milhões. Uma taxa de execução de 67,3%.

Esta é uma taxa de execução algo superior à de 2020 que foi de 57,1% - algo que o PCP também já tinha previsto, porque 2021 foi ano de eleições autárquicas.

No entanto 67,3% corresponde a uma execução abaixo do que seria possível e desejável. Qualquer aveirense conhece as pequenas e grandes falhas, buracos, desleixos, que teria sido possível resolver com uma Câmara mais atenta e interventiva no terreno.

Com tanta coisa necessária por fazer esta Câmara não foi capaz de aplicar 1 euro em cada três, que o Poder Central, as empresas, e sobretudo os aveirenses contribuintes têm vindo a colocar nas suas mãos.

Mesmo admitindo que 10 ou 20 milhões pudessem ser salvaguardados para cofinanciamentos ou situações de emergência, ainda sobrava muito dinheiro para ser aplicado naquilo que já estava inscrito nas Grandes Opções do Plano e no Orçamento de despesas.

Esta incapacidade de fazer muito do que está planeado sublinha ainda mais o desequilíbrio existente entre o que é feito e o que é exigido aos cidadãos, por via das taxas e dos impostos.

Os cidadãos têm pagado, em grande parte, não para que se faça, mas sim para acumular dezenas milhões de euros que vão transitando de ano para ano.

É por este conjunto de razões que repetimos a afirmação já proferida, nesta Assembleia e noutros locais, de que teria sido possível diminuir já neste ano de 2022 a carga fiscal municipal. Isto se a Câmara tivesse interesse em terminar o contrato do Plano de Ajustamento Municipal, reparem, nem que fosse um mês mais cedo.

Estamos mesmo convictos que tal cessação, aconteceu em janeiro, sem possibilidade de ter reflexo no pacote fiscal deste ano porque o Presidente da Câmara assim o quis.

Colocadas estas questões prévias ao que hoje temos em discussão pouco mais há a dizer. O ato administrativo da integração do Saldo é necessário e legalmente obrigatório.

Aquilo que é proposto que é a distribuição do Saldo no reforço das ações já inscritas nas Grandes Opções do Plano e do Orçamento corrente. É, de igual modo, formalmente correto.

Se se tratasse apenas disso até poderíamos votar a favor. Mas um ato administrativo, nesta assembleia representativa, é também um ato político.

Assim, pelos mesmos motivos que levaram o PCP a votar contra as GOP e Orçamento para 2022, votamos contra esta integração como forma de protesto pelo facto de os aveirenses continuarem, injusta e desnecessariamente, sob os ditames concretos de em Plano de Ajustamento Municipal que terminou formalmente apenas no mês passado.”

Vogal Pedro Rodrigues (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[027](#)

“Obrigado Senhor Presidente. Gostaria de aproveitar para saudar, na sua pessoa todos os presentes e neste ponto fazer uma declaração de voto por não concordarmos com o Orçamento da Câmara Municipal e algumas das obras, como as do Rossio e da Avenida, manteremos o sentido de voto no Orçamento municipal e por isso votaremos contra.”

Vogal Celme Tavares (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[028](#)

“Sobre a apreciação desta 1.ª revisão, damos conta que transita um Saldo Orçamental da Gerência de 2021 para 2022 no valor de mais de 40 milhões de euros.

Novamente passam-se várias dezenas de milhões de um ano para o seguinte. Isto mostra que os Orçamentos elaborados são fantasiosos, permitindo uma grande discricioniedade na sua execução.

Mais relevante é, que a CMA tinha capacidade financeira para descer os impostos, as taxas e tarifas que estão no máximo ou lá perto. Tinha capacidade para aumentar a resposta social, nomeadamente neste momento difícil devido à pandemia e investir em serviços públicos mais fortes;

Ficamos novamente sem saber se estes 40 milhões de euros, que são agora integrados no Orçamento para 2022, vão ser de facto executados e em quê.

Votamos contra porque este exercício de passar saldo de gerência de um ano para o outro é um mecanismo recorrente deste executivo da CMA que mostra que não responde às necessidades da população.

O Orçamento para 2022 mantém as suas escolhas, apesar da injeção destes 40 milhões. Continua a ser um orçamento de impostos no máximo ou perto disso para serviços no mínimo.”

Vogal Jorge Greno (CDS)[029](#)

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[030](#)

“Brevemente, também para concordar, pois o Partido Socialista vai votar favoravelmente, nem podia fazer outra coisa. Aliás, tem uma outra coisa que é a evidencia. Eu percebo o voto político em relação ao Orçamento. E o partido Socialista teve uma posição diversa em relação ao Orçamento. Mas o problema é que se nós viéssemos todos votar contra o Saldo não transitava! Portanto a votação tem de ser o que é. Portanto o PS não pode ser contra, era só o que faltava.

Isto no fundo traduz o que foi uma opção política clara, assumida, pelo Senhor Presidente da Câmara que nós chamámos à atenção, mas que o Senhor Presidente da Câmara mantém a sua e tem tido sucesso eleitoral. Pelo menos teve e manteve. Agora o Senhor Presidente já prometeu, prometeu salvo seja, anunciou a esta Assembleia que a taxa de execução deste Orçamento seria acima dos setenta por cento. Mas lá ver se daqui a um ano não estamos aqui de novo com uma dimensão muito excessiva, na medida evidentemente no cumprimento da lei dos compromissos, parte deste valor é para isso.

Tinha mais uma nota que é esta. De facto, há uma série de coisas que vamos fazendo e nas autarquias isso acontece muita vez, nos processos de funcionamento, etc, que têm de ser acertadas. Muitos dos governantes que nós temos não passaram por uma autarquia e têm essa dificuldade.

Agora, o nosso Presidente da Câmara é Vice-presidente da ANMP há muito tempo! Portanto está na altura do Eng. Ribau Esteves fazer essa pressão e transmita lá esse conhecimento que tem destes longos anos, desta e outras pequenas questões para ver se andamos com o país para a frente.”

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD)⁰³¹

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰³²

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³³

“Senhor Presidente, estamos aqui para votar um ato meramente administrativo e que consubstancia em termos financeiros as opções políticas deste executivo e da Aliança com Aveiro. Naturalmente a bancada do PSD votará favoravelmente.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁴

“Muito obrigado a todos. Dar só duas notas sobre estas matérias e obviamente ficar ao dispor para poder explicar de uma forma mais recatada e mais pormenorizada como é que temos gerido a Câmara.

O que é que estamos a fazer na transição de uma Câmara sujeita ao Ajustamento Municipal como estivemos até ao final do ano passado e de uma Câmara liberta do Programa, mas que obviamente tem que fazer o processo de transição de uma realidade para outra, para poder perceber um conjunto de realidades e um conjunto de pormenores.

Além do mais, assumi o compromisso, não o vou fazer hoje, de explicar, porque muitos autarcas nomeadamente vereadores, não perceberam porque é que nós gerimos estes anos a Câmara com Saldos altos na vigência do PAM.

Dizer que esse exercício foi fundamental para que a Câmara tivesse tido a surpreendente capacidade de investimento muito superior aquilo que é a capacidade definida no programa de ajustamento municipal. E isso tem uma relação íntima com o Saldo. E há uma nota, alguns de vocês já o referenciaram, hoje temos de ter cuidado e têm-se vindo agravando, com aquilo que são os Saldos e a justificação do Saldos.

Com a tal verba que nós não podemos executar financeiramente, mas ela tem que existir para nós lançarmos um concurso, que tem que estar com a verba cabimentada para nós podermos adjudicarmos, para nós dizer ao Tribunal de Contas quando vamos buscar Visto que temos cabimento e fundo disponível para pagar a obra. E isso, se não sabem, exige dinheiro guardado.

O que é que tem acontecido em Portugal? Enfim, é sempre notícia o anuário financeiro que a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contabilidade publica como notícia nacional, com a parceria que têm com a TSF, e os Saldos das câmaras municipais nos últimos anos vêm subindo bastante. E nós, sempre, tenho que o dizer, isto é sinal de boa gestão.

É verdade, mas não só. Isto é uma das consequências da Lei dos Compromissos e dos pagamentos que, no fundo veio fazer e veio criar um regime legal para garantir uma regra de mercearia muito básica que é: eu só posso iniciar o processo formal de uma Despesa quando tenho a certeza que no tempo de desenvolvimento dessa despesa eu tenha o dinheiro para a pagar. É tão simples como isto.

Então como é que era antes? Antes era o cabimento orçamental puro. Todos nós fizemos isso, eu também. É, como o Orçamento recebe o que a gente lá ponha, como sempre existia

uma rubrica que era a nossa previsão de venda de bens móveis e imóveis, que não tinha limitação legal e, portanto, recebia aquilo que era necessário. Colocava-se ali uma verba para termos cabimento para tudo aquilo que quiséssemos. Mas onde se armazenava a consequência disso? Na dívida. Hoje não é assim. Uma das estratégias corretas que o governo do país teve, foi uma das obrigações da troika, foi inventar esta lei que foi algo de grandes protestos dos autarcas portugueses, eu incluído, porque ela tinha exagero, entretanto já houve alterações à lei. Mas ideia base está correta. Por isso os municípios são há muitos anos contributivos para as Contas do Estado. Mas o nosso Estado continua a não ter Contas positivas e continua a acumular défices.

E, portanto, é este o quadro em que nós estamos. E neste processo de transição o que é que vamos ter a acontecer em termos dos números principais? Vamos ter a nossa taxa de execução a aumentar. Cada vez mais vamos aproximar a execução física da execução financeira e vamos ter as nossas disponibilidades de Tesouraria que se referencia entre vários indicadores, mas que o principal é o Saldo.

Nós aqui só lhe damos importância uma vez por ano, mas nós gestores, damos-lhe importância todos os dias. E se essa disponibilidade de Tesouraria vai baixando, o que traz à gestão financeira um mapa que nós não demos importância nenhuma até ao final do exercício de 2021, que é o mapa de Fundos disponíveis. Porque é o mapa chave da gestão na Lei dos Compromissos e dos pagamentos em atraso.

E nós não precisávamos de dar atenção àquele mapa porque como geríamos a Câmara com taxas de execução baixas e com disponibilidades de tesouraria altas, tínhamos sempre fundos disponíveis para tudo o que quiséssemos.

Portanto aquela limitação legal não nos limitava a gestão por causa desses dois parâmetros.

Agora, como transitamos para uma vida nova, a tal utilidade do Saldo, que explicarei um dia destes, deixou de existir porque já não somos município FAM. Já não estamos a gerir condicionados ao Programa de Ajustamento Municipal, nós vamos fazer a transição para uma Câmara com taxas de execução altas e disponibilidades de tesouraria baixas.

Mas garantindo sempre, e assim será até aos últimos dias do nosso mandato, que a nossa Câmara não se despiste e que vamos cumprir com rigor, vamos pagar todos os nossos compromissos, porque saibam que há Câmaras que mesmo no quadro legal atual se despistam. A lei é uma lei, não é um carril de comboio em cima da qual nós andamos.

Mas em Portugal são poucas as Câmaras que se despistam financeiramente com o atual quadro legal, mas existem.

É esta a transição em que nós estamos a trabalhar e é este ano de 2022 que se faz essa transição. Prevemos aumentar a taxa de execução neste ano, claramente que sim. Prevemos continuar a reduzir este valor de Saldo, claramente sim. E, obviamente, temos outros elementos de pressão contra isto. Que é o mundo em que vivemos, que é a falta de empreiteiros, dos processos administrativos cada vez mais demorados, enfim estas e outras limitações.

No entanto, na nossa previsão do que aconteceu em 2021, o que prevemos aconteça em 2022, é que os outros fatores vão ser mais importantes. Os fatores positivos que induzem a redução e a execução financeira vão ser mais fortes que os fatores negativos para que isso aconteça. E daí a nossa previsão que assumimos com clareza. Embora, obviamente, com o risco que é fazer uma previsão.

Quanto aos Aveirenses. É aquela vida. Vocês falaram muito sobre legislativas e muito bem. Compreenderá o Nuno que eu não tenha falado porque a minha intervenção política não é feita na Assembleia Municipal e muito menos sobre eleições nacionais. Mas lembrar que as eleições autárquicas foram há pouco mais de quatro meses. E espero que não esteja a passar nenhum atestado de menoridade aos aveirenses que escolheram esta governação de

continuidade na Câmara de uma forma medianamente expressiva. Portanto veja lá se quer dar razão a quem decidiu com a clareza que decidiu ou se quer continuar a dar razão a um partido tão importante como é o Partido Comunista, mas que se vai tornando irrelevante porque põe a sua própria mão à frente dos seus próprios olhos e não vê o que está a acontecer e põe-se a defender os aveirenses, numa defesa de causa onde os aveirenses não estão. E depois o que é que acontece? Lá fica o PCP sozinho com zero vereadores, apenas com um autarca na Assembleia, com uma irrelevância crescente no processo autárquico do município.

Portanto é por aqui que nós vamos prosseguir o nosso caminho de gestão, neste quadro onde obviamente se emprega a revisão orçamental que estamos aqui a debater e que seguramente aprovaremos.

A Celme não percebeu onde é que vamos gastar o dinheiro!? Portanto ó Celme faça uma leitura atenta e se conseguir fazer algum estudo do documento que aprovámos aqui, pode verificar em que é que vamos gastar o dinheiro. Vocês às vezes baralham-se com o Saldo, como se o Saldo fosse um monte de dinheiro que está ali e não se saiba para que é que ele é.

Não. O Saldo é uma disponibilidade de tesouraria que nos termos orçamentais está muito bem definido qual é o seu destino.

Depois há outra conversa, legítima. Concordamos com as opções ou não concordamos. Votamos a favor ou contra o Orçamento. Pois com certeza. Viva a democracia. Cada um acha o que bem entender. Mas não tenha dúvidas, todo este dinheiro está inscrito de forma clara no documento base e agora reinscrito nestes documentos do ponto da ordem de trabalhos, qual é o destino e para que é que ele serve. Depois obviamente cada um concordará ou não concordará.

O que o Jorge Greno referenciou, de onde é que está, porque é que foi, mas os seus números estão errados Nuno. Não vou perder tempo com isso. Quando cá vier a Conta de Gerência temos muito tempo para falar de taxas de execução.

Mas a lógica é esta. Há uma parte que é a execução física e financeira e há uma parte que não sendo execução financeira, requer cabimento, é compromisso, e que é fundamental acontecer para que possa passar à fase seguinte da execução física e financeira.

Portanto este é o processo normal da constituição formal da despesa no quadro legal que o país tem.

Quanto ao Pires da Rosa e das minhas competências como vice da ANMP, devo dizer a V.Exa que eu sou um dirigente da ANMP muito acutilante. Se falar com camaradas seus, aliás sou hoje com muito gosto vice da minha colega Luísa Salgueiro, como fui com muito gosto do meu colega Manuel Machado, e tem neles o melhor testemunho daquela que é a minha atitude independentemente da cor partidária dos governos.

E, portanto, eu pressiono Ministros, mas eu não substituo Ministros. E infelizmente a pátria tem tido Ministros neste Governo de muito baixa qualidade.

E o problema maior é que tendo alguns Ministros de alta qualidade, no Governo que ainda está em funções, a nossa Ministra é a Alexandra Leitão, que é uma das mais competentes que o Governo do país tem, não manda um caracol.

Não manda nada! Concorda connosco quase sempre. Defende as nossas posições, mas depois tem de ir reunir com as Finanças.

Isto porque as Finanças deste Governo negam reunir com a ANMP. O que é uma coisa chocante. Olhem nem o Ministro Gaspar ou a Ministra Maria Luís Albuquerque se negavam a reunir com a ANMP.

Mas os Ministros do Partido Socialista e os seus Secretários de Estado, havendo uma exceção até à data de um que nos recebeu, não reúnem com a ANMP. Eventualmente porque a razão da nossa pressão os poderia desvelar das suas posições absurdas.

Portanto saiba V. Exa, que me mantereí um dirigente pressionante e acutilante, mas que não substituirei nenhum Ministro do Governo Socialista. Mas ajudá-lo-ei, seja quem for, para que seja um Ministro competente e para que faça bem e não fazer asneiras ou de se omitir. Mas a mim confrange-me muito que pessoas com competência técnica e política como a Ministra Alexandra Leitão sejam Ministros e não mandam um caracol.

E eu espero bem que no novo Governo do António Costa, aqueles que forem investidos para serem Ministros mandem alguma coisinha. Porque esta coisa salazarista e opaca politicamente de os Ministros fazerem de conta que mandam e tudo está na gestão da mercearia dos rapazes enfeudados, escondidos, no castelo do Ministério das Finanças, é um absurdo democrático que faz mal à governação do país e que não cuida em tempo útil dos interesses dos cidadãos.

Portanto conte comigo para continuar pressionante como dirigente da ANMP. Respeitador dos seus Ministros, mas nunca substituindo os Ministros que o Senhor Primeiro Ministro escolherá seguramente bem, porque é um homem inteligente. Mas escolherá quem ele muito bem entender. Como autarca, como dirigente da ANMP, cá estarei a trabalhar com ele e a ajudá-lo a ser bom. Nós queremos muito que o nosso ou a nossa Ministro(a) sejam bons, tenham poder e nos ajudem a fazer coisas. Porque a ajuda é para servir bem os cidadãos e servir bem o país. Não é exatamente para interesses individualistas que nós possamos ter.

De resto agradecer as intervenções do Filipe Tomaz, do Manuel Prior e do Casimiro Calafate. É este exercício de boa gestão, de lógica tranquila, de estabilidade, que nós trouxemos para a nossa Câmara. Em oito anos, apesar dos primeiros quatro serem muito atribulados porque foi para pôr uma casa, muito desordenada, na devida ordem. Mas é neste quadro de princípios, de estabilidade, de clareza, de falarmos de saldos e não de dívidas. De falarmos de capacidade de executar e não de capacidade de fazer. É neste quadro que nós vamos continuar o exercício deste nosso mandato com muito gosto e com muita determinação. E vamos executar com toda a competência e com toda a determinação deixando a cada dia um contributo para o desenvolvimento do nosso município e a elevação da qualidade de vida dos nossos concidadãos. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Pires da Rosa (PS)⁰³⁵

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁶

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação⁰³⁷ o Ponto 1 – Apreciação e votação da 1ª Revisão das GOP e Orçamento 2022, sendo a proposta aprovada por maioria, com trinta e um votos a favor (PSD18+CDS5+PPM1+PS7), uma abstenção (CHEGA1), e cinco votos contra (PAN2+BE2+PCP1).

Seguiram-se as declarações de voto:

Vogal Pedro Rodrigues (PAN):⁰³⁸

“A minha declaração de voto é a minha intervenção.”

Vogal Pires da Rosa (PS):⁰³⁸

“A minha declaração de voto é a minha primeira intervenção.”

Vogal Nuno Teixeira (PCP):⁰³⁸

“A minha declaração de voto é a minha intervenção.”

Ponto 2 – Apreciação e votação da integração de parcela de terreno na Rua São Sebastião no Domínio Público Municipal.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária, realizada em 27/01/2022, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara⁰³⁹ para apresentação dos documentos em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴⁰

“Já trouxemos cá vários parecidos com este, em que é preciso fazer uma alteração de estatuto jurídico de uma parcela de terreno que sendo domínio privado passa a domínio público do município. Neste caso esta pequena parcela de terreno ali em frente à casa de São Sebastião, tem esta premência de ter esta mudança de estatuto porque estamos a licenciar uma construção nova, não sei se lembram está lá uma construção velha e estamos lá a licenciar uma construção e como é um gaveto a construção tem duas frentes e não podemos licenciar uma casa com uma frente para um terreno que é domínio privado municipal, tem de ser domínio publico municipal.

Portanto é este ato administrativo que está aqui em causa, que é necessário, para nós podermos fazer o licenciamento dessa construção que já tem arquitetura pronta, mas obviamente falta os atos definitivos para obterem a licença de construção.

Portanto é isto que está em causa e apenas dar nota que teremos outros mais ligados a arruamentos que fomos construindo nos últimos anos, mas neste caso específico é isto que está em causa.

E daí, também, o ter pedido ao nosso Presidente que colocasse na frente do mais clássico ponto da ordem de trabalhos que é a Informação Escrita, precisamente pela sua premência. O primeiro, obviamente, para iniciarmos a execução plena das tais rubricas orçamentais que passam só agora a definitivas e neste caso é praticar este ato que permite que nós possamos desenvolver o processo de licenciamento e permitir à entidade que tem o objetivo de construir naquele terreno, que o possa fazer.

Portanto é este ato administrativo que aqui está em causa para praticarmos. Enfim, manda a lei que é competência da assembleia municipal e por isso aqui está esta proposta. Estarei ao dispor para aquilo que entenderem por bem. Muito obrigado.”

Vogal Nuno Teixeira (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴²

“Em relação a este ponto pouco há a dizer. O Senhor Presidente já informou que é uma mera formalidade, que já vem de há 10 anos, que já podia ter sido feito. O terreno já era da Câmara e agora por necessidade fez-se esta alteração. O que coloco é em relação ao espaço que ali está meio degradado, necessitava de algumas reparações, o que é que a Câmara Municipal pretende fazer? De resto como é uma mera formalidade, nós iremos votar a favor.”

Vogal Pedro Rodrigues (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴³

“Obrigado Senhor Presidente. Nós não vemos nenhuma objeção com este ponto e tratando-se de uma mera transição na tipificação jurídica deste espaço e que permite proteger e

manter a utilização do espaço tal como tem sido utilizado nos últimos anos, votaremos favoravelmente.”

Vogal Celme Tavares (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁴

“Felicitamos o projeto “Viva a Cidade” que tem o objetivo de promover uma cultura de participação e cidadania ativa e que aproveita os ensinamentos e o balanço positivo de uma iniciativa análoga executada à frente da Casa de São Sebastião.

No caso concreto, foi um projeto que envolveu a população na criação de um espaço público. Faltam mais espaços no concelho destinados ao uso da comunidade.

Sobre a decisão a tomar agora pela Assembleia viabilizamos que o espaço onde está implementado o Viva a Cidade passe ao domínio público urbano. No entanto, preferimos que tivesse sido feito através da compra do terreno e não com a permuta por um outro terreno para construção.

O Bloco é contra a alienação de património municipal imobiliário. Deve ser usado para políticas públicas de habitação. Assim, o terreno municipal situado em Cacia devia permanecer sob propriedade municipal. Por isso abtemo-nos, com esta nota de oposição à alienação do terreno de Cacia.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴⁵

“Não há muito mais para dizer, mas explicar ao Nuno que aquilo que vai ser feito no projeto Viva a Cidade é a pretexto desta obra e na sua ponta final, porque ela vai causar algum dano no espaço adjacente, iremos rearranjar aquele espaço porque ele tem múltiplos simbolismos que o projeto Viva a Cidade concretizou e que já foi promovido nomeadamente no Orçamento Participativo com ação direta e gostamos muito dele e queremos mantê-lo vivo. E aproveitar este pretexto para fazer uma operação de qualificação do que lá está. Portanto a lógica é esta.

E, portanto, isto também vai ao encontro da perspetiva da Celme- Foi um projeto muito importante que a Câmara desenvolveu, financiado por fundos comunitários além do mais, mas não é em Cacia! É ali à frente da Escola Secundária José Estevão na Alameda Infante D. Henrique. Tem aí uma confusão, mas isso não interessa. Nós temos grandes coisas em Cacia, grande terra, mas aqui não. É ali mesmo um cantinho pequenino, em que nós continuamos a ser donos, apenas a razão jurídica é que tem esta nuance. Para a vida das pessoas e para a utilização do espaço nada muda. Não é razão jurídica de uma parcela que muda. É a possibilidade de a usar ou a impossibilidade que temos de a usar. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Pires da Rosa (PS)⁰⁴⁵

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴⁷

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação⁰⁴⁶ o Ponto 2 – Apreciação e votação da integração de parcela de terreno na Rua São Sebastião no Domínio Público Municipal, sendo a proposta aprovada por maioria, com trinta e cinco votos a favor (PSD18+CDS5+PPM1+CHEGA1+PS7+PAN2+PCP1), duas abstenções (BE2), zero votos contra.

Seguiram-se as declarações de voto:

Vogal Celme Tavares (BE):⁰⁴⁷

“O Bloco tem a oposição que tem a ver com a alienação do terreno em Cacia, tem a ver com a permuta. A integração do terreno na Rua de São Sebastião para domínio público tem uma compartida que envolve a alienação de património municipal. Portanto, só por isso. Obrigado.”

De seguida, nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante à reunião da Sessão, não se verificando oposição.

Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções.

Submetida à votação, a acta em minuta foi aprovada por unanimidade,⁰⁴⁸ cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

Continuando o Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos da primeira reunião da Sessão Ordinária de Fevereiro, informando que os trabalhos da sessão, continuam no dia 11FEV2022 (sexta-feira) no mesmo local.

Eram 23:00 horas do dia 04 de Fevereiro de 2022.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do disposto no artigo 45.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador da subunidade da estrutura orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(2:30)